

# Sarney já planeja governo mais longo

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Assinar não é votar, principalmente em política, mas como os ventos, hoje, sopram a favor da aprovação da emenda pelos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, cálculos e projeções começam a ser refeitos na Presidência da República e nos partidos. Porque muda tudo, caso confirmada a reviravolta na Assembleia Nacional Constituinte.

Esta semana, Sarney reuniu-se seguidas vezes com seus principais assessores, para examinar o novo quadro. Para planejar o que fazer, ou melhor, como conduzir o governo nos próximos dois anos e dois meses. O presidente comentou com seus auxiliares que, para quem, como ele, detém o poder, dispõe do Diário Oficial e de uma estrutura de ação, além da experiência dos últimos três anos, o momento é precioso. Pretende dedicar-se prioritariamente à administração, dentro de duas grandes metas: recompor a economia, ainda que de maneira lenta e gradativa, e, ao mesmo tempo, intensificar realizações no campo social. Disporá, agora, do tempo necessário à colheita de resultados positivos, o que dificilmente aconteceria caso livesse apenas mais um ano de mandato. Solicitou de Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, uma análise pormenorizada dos efeitos, em dois anos, de uma política econômica realista, onde o papel do Estado reflua e as leis do mercado voltem a predominar, inclusive em nossas relações no setor internacional.

Esses propósitos já foram referidos pelo novo ministro da Fazenda, Malison da Nóbrega, mas se tudo leva a crer que o período será de cinco anos, ampliam-se bastante suas perspectivas. Além disso, são esses os postulados defendidos pelo Centro na Assembleia Nacional Constituinte. As fantasias estatizantes e as limitações da atividade econômica privada estão em rias de ser ao menos em parte extirpadas do projeto de nova Constituição, o que contribuirá para o estabelecimento de um clima de maior confiança, interno e externo. A oportunidade também favorece a contenção dos gastos públicos e, como resultado, a estabilização e até o refluxo dos níveis mensais de inflação.

O Programa de Ação Governamental preparado no fim de 1987 pelo ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, será implementado naquilo que mais de perto beneficiar as camadas menos favorecidas da população, o que exprime a segunda preocupação de Sarney para os dois anos que possivelmente lhe restarão de mandato, conforme as informações de ontem.

Há um terceiro componente nessa análise a que o governo se dedica desde segunda-feira, mas que os assessores presidenciais não mencionam: será preciso uma recomposição do Ministério coincidindo, no máximo, com a promulgação da nova Carta, mas, de preferência, a acontecer antes, já que continua uma incógnita a data em que deputados e senadores terminarão os trabalhos constituintes. O assunto é dos mais falados nos corredores pala-

ciatos. Aníbal Teixeira está de malas prontas para deixar de ser ministro. Ronaldo Costa Couto seria o elemento ideal para a chefia do Planejamento. Mas há, na equação, que se atentar para um componente chamado São Paulo. Pela primeira vez há muito tempo e descontado o período Ernesto Geisel, o Estado mata-poderoso da Federação está fora do Ministério da Fazenda e do comando da política econômica. Malison da Nóbrega é paratibano. O governador Orestes Quêrcia deu sinal de desistência, podendo, assim, ser um possível sucessor de Aníbal Teixeira. Até que o presidente Sarney gostaria de trazer de novo João Sayadon, mas a hipótese parece fora de possibilidade. Existe a alternativa de se dar a São Paulo o Ministério da Indústria e do Comércio, no caso da dispensa a pedido, de José Hugo Castanho Branco, no bojo da reforma que não deve tardar.

É cedo para alinhar ministérios e postos na linha de fogo, a exceção também, de Almir Pazianotto, do Trabalho, que sairá por desejo próprio para candidatar-se à Prefeitura de São Paulo. O que Sarney começa a promover, agora, é uma espécie de exame amplo da situação, desvinculado de condicionamentos partidários. Poderá muito bem restar a presença do PMDB no Ministério sem que, necessariamente, se já obrigado a aumentar os espaços do PFL. Seleccionaria entre políticos e não-políticos os que melhor amoldassem ao novo modelo de governo.

Mas não é apenas no Executivo que a perspectiva dos cinco anos determina novas formulações e rumos. Nos partidos, registra-se o início de uma outra fase de especulações. A sucessão presidencial, realizando-se este ano, já tinha os possíveis candidatos, de Ulysses Guimarães a Aureliano Chaves, de Leonel Brizola a Luiz Inácio Lula da Silva e Antônio Ermírio de Moraes. Os cinco anos mudam muita coisa. Abrem, para começar, possibilidades consideráveis ao governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, fazendo, por isso, caírem as cotizações de Ulysses Guimarães, no âmbito do PMDB. Alvaro Dias, governador do Paraná, também cresce como alternativa, admitindo-se que, se a hipótese dos governadores, Waldir Pires também pode ser considerada. Mais inegável que o tempo favorecerá Quêrcia, pelo domínio da máquina peemedebista.

O PFL ficará satisfeito em ganhar tempo, capaz de consolidar e afastar definitivamente as possibilidades de Aureliano Chaves. Leonel Brizola sofrerá um choque de adiamento, mas a Luiz Inácio Lula da Silva pouco importa que as eleições se realizem em 88 ou 89. Antônio Ermírio de Moraes talvez se beneficie.

Essas projeções sucessórias eram feitas por ministros e líderes partidários, ontem, apesar de ninguém ter a certeza plena da aprovação da emenda dos cinco anos. Mas, como dizia o ministro Aluizio Alves "quem assinou as propostas de Malison Lobão e de Matheus Iensen com o compromisso também de votar".

## Antologia de sustos

É assim que o consultor-geral da República denomina as 11 emendas do Centro, apresentadas quarta-feira à noite. Para ele, as propostas deixam muito a desejar, na forma e no fundo. Mantém um razoável grau de estatização da economia e no plano social ofendem o português e cometem impropriedades jurídicas. Também esquecem que Brasília é a capital da União, pois nada mencionam a respeito.

Há críticas generalizadas às emendas do Centro, pois sua elaboração atravessou uma série de deslizes e descaminhos. Um exemplo: para agradar os deputados evangélicos, que são 32, e aqueles ligados à umbanda, que são 27, incluiu-se dispositivo relativo aos templos religiosos, coisa que poderia, no máximo, constar da lei ordinária.

Poderiam ter sido diferentes as sugestões do grupo moderado e liberal, no entender do consultor-geral da República. Por vezes seguidas seus representantes convidaram juristas de grande expressão para debater as propostas. Ives Gandra, dias atrás, deslocando-se de São Paulo para Brasília, discutiu acerbamente com o deputado Duro Coimbra, um dos líderes do grupo. Lembrou que trazia subsídios onde colaboraram José Frederico Marques e Hely Lopes Meirelles, mas não adiantou nada. Prevaleceu, no final, a chamada motivação política, destinada a agradar, sensibilizar e obter o apoio de constituintes hesitantes, mesmo sob a forma de concessões.

## Elogios

Já o deputado Francisco Dornelles tem opinião diferente da do consultor-geral da República. Entende que as emendas do Centro, especialmente na parte tributária, aperfeiçoaram o projeto e mantiveram os princípios básicos que orientaram a recente reforma tributária. Como presidente da Comissão de Estudos Tributários, ele se diz satisfeito pela preservação de todo o trabalho de entendimento com o governo federal, os estados, os prefeitos e representantes das diversas categorias.

Dornelles acentua a manutenção dos princípios de melhor distribuição regional de renda, que fortalecem as finanças dos estados e municípios. Refere-se, em especial, às sugestões que eliminam a contribuição municipal de custeio de obras, sem trazer prejuízo aos municípios, na medida em que se estabelece um conceito mais amplo de taxa. Faz, também, da preservação da competência exclusiva da União para instituir empréstimos compulsórios, que só poderão ser criados em caso de calamidade pública, guerra externa, investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, sempre através de lei aprovada pela maioria absoluta do Congresso. Outra alteração por ele elogiada é a que cria, na competência exclusiva da União, a cobrança de impostos sobre metais nobres, pedras preciosas, ainda que a receita se destine aos estados (60%) e aos municípios (30%).